

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.933 SÃO PAULO

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : JOSÉ ROBERTO FERREIRA RODAS
ADV.(A/S) : THIAGO DURANTE DA COSTA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. LICENÇA-PRÊMIO NÃO USUFRUÍDA. PAGAMENTO EM PECÚNIA: NATUREZA JURÍDICA PARA EFEITO DE INCIDÊNCIA DO TETO REMUNERATÓRIO: SÚMULA N. 280 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, als. *a* e *c*, da Constituição da República contra o seguinte julgado do Tribunal de Justiça de São Paulo:

“SERVIDOR PÚBLICO INATIVO - Agente Fiscal de Rendas - Licença-prêmio não usufruída quando em atividade - Pagamento em pecúnia - Incidência do teto remuneratório - Admissibilidade - Forma de cálculo realizada pela Fazenda que considera os vencimentos do mês anterior ao da aposentadoria, atendendo ao disposto no art. 43, § 2º, da LC n. 1.059/08 - Vedação à incidência do teto sobre a verba, disposta no §1º da citada norma, que apenas impede, para fins de pagamento, a soma de todos os períodos de licença-prêmio com a remuneração ordinária, devendo cada qual sofrer o redutor constitucional isoladamente, no momento do cálculo, evitando, assim, enriquecimento sem causa do Estado ou do aposentado - Sentença de

ARE 917933 / SP

denegação da segurança mantida - Recurso não provido” (fl. 104).

2. No recurso extraordinário, o Agravante alega ter o Tribunal de origem contrariado o art. 37, inc. XI, § 11, da Constituição da República.

Sustenta que

“a regra prevista no § 1º do art. 43 [da Lei Complementar estadual n. 1.059/2008,] absolutamente clara, preceitua que a conversão é verba indenizatória e não está adstrita ao limite de vencimentos. Mesmo porque, como já afirmado, não se pode impor essa espécie de limite à indenização, sob pena de violação ao mandamento constitucional condito no § 11º do artigo 37 da Constituição” (fl. 119).

3. O recurso extraordinário foi inadmitido sob os fundamentos de ausência de ofensa constitucional direta e por ser incabível *“com fundamento no art. 102, inc. III, alínea ‘c’, da Constituição”* (fl. 146).

No agravo, salienta-se *“afronta a dispositivo constitucional, qual seja, ao art. 37, parágrafo 11 da Constituição”* (fl. 153).

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

4. No art. 544 do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei n. 12.322/2010, estabeleceu-se que o agravo contra inadmissão de recurso extraordinário processa-se nos autos do recurso, ou seja, sem a necessidade de formação de instrumento, sendo este o caso.

Analisa-se, portanto, os argumentos postos no agravo, de cuja decisão se terá, na sequência, se for o caso, exame do recurso extraordinário.

5. Razão jurídica não assiste ao Agravante.

ARE 917933 / SP

6. O Tribunal de origem assentou:

“A Fazenda Estadual apenas realiza o cálculo do pagamento da indenização com base no art. 43, §2º, da LC nº 1.059/08, com a redação dada pela LC n. 1.122/2010, agindo em estrito cumprimento de disposição legal, cuja inconstitucionalidade arguida, desde já, fica afastada. Na verdade, trata-se o caso de mera questão interpretativa da citada norma, sendo a melhor exegese desfavorável ao autor, como a seguir se verá.

Confira-se a redação do art. 43 da LC n. 1.059/08:

(...)

Como se vê, há aparente conflito entre os parágrafos 1º e 2º da norma transcrita. Todavia, a celeuma se resolve na interpretação de que o § 1º apenas veda, para fins de pagamento, a soma de todos os períodos de licença-prêmio com a remuneração ordinária, de forma que cada qual deve sofrer seu próprio redutor salarial, sob pena, agora, de enriquecimento ilícito do Estado. Frise-se que este dispositivo diz respeito ao “valor pago”, enquanto o § 2º determina a forma de cálculo, sobre a qual não há vedação de incidência do teto, e está sendo integralmente respeitada pela Fazenda.

Em outras palavras, o que é vedado é a união de todas as parcelas indenizatórias, mais o valor dos proventos, para que sobre o resultado desta operação incida o teto, o que implicaria em um corte salarial muito superior ao realmente devido se o pagamento fosse realizado ainda na atividade, trazendo prejuízo a quem já não gozou do descanso legalmente garantido. Ocorre que não é isso que busca o impetrante, mas, na prática, pretende receber a quantia bruta da indenização, a que nunca teve direito, com uma fórmula que descumpra disposição constitucional expressa, sendo, portanto, inadmissível” (fls. 105-107).

A apreciação do pleito recursal exigiria a interpretação da legislação infraconstitucional aplicável à espécie (Lei Complementar estadual n. 1.059/2008). A alegada contrariedade à Constituição da República, se tivesse ocorrido, seria indireta, a inviabilizar o processamento do recurso extraordinário. Incide a Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal:

ARE 917933 / SP

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. TETO REMUNERATÓRIO. VERBA INDENIZARÓRIA: NATUREZA JURÍDICA. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (ARE n. 788.879-AgR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 14.3.2014).

“DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AGENTE FISCAL DE RENDA APOSENTADO. LICENÇA-PRÊMIO NÃO USUFRUÍDA. TETO REMUNERATÓRIO. EVENTUAL OFENSA REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO LOCAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 280/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 26.8.2011. As razões do agravo regimental não são aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere ao óbice da Súmula 280 do STF, a inviabilizar o trânsito do recurso extraordinário. A suposta ofensa aos postulados constitucionais invocados no apelo extremo somente poderia ser constatada a partir da análise da legislação infraconstitucional local, o que torna oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, portanto, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Agravo regimental conhecido e não provido” (ARE n. 833.239-AgR, Relatora a Ministra Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 14.11.2014).

“SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA. ANÁLISE DE DIREITO LOCAL. LEI COMPLEMENTAR 1.059/2008, DO ESTADO DE SÃO PAULO. INVIABILIDADE. SÚMULA 280/STF. NATUREZA DA VERBA. EXAME DE MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO CONSTITUCIONAL REFLEXA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO” (ARE n. 823.297-AgR, Relator o Ministro Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe 8.10.2014).

7. O recurso extraordinário é incabível porque ausente a

ARE 917933 / SP

circunstância legitimadora da interposição com base na al. c do inc. III do art. 102 da Constituição da República.

O Tribunal de origem não julgou válidos lei ou ato de governo local contestados em face da Constituição da República. Incide na espécie a Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal. Assim, por exemplo:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE. 1. IMPOSSIBILIDADE DA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL (SÚMULA 280). OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. 2. O TRIBUNAL A QUO NÃO JULGOU VÁLIDA LEI OU ATO DE GOVERNO LOCAL CONTESTADO EM FACE DA CONSTITUIÇÃO. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO PELA ALÍNEA C DO ART. 102, INC. III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA (SÚMULA 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (AI n. 763.681-AgR, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 13.11.2009).

Nada há a prover quanto às alegações do Agravante.

8. Pelo exposto, **nego seguimento ao agravo** (art. 544, § 4º, inc. II, al. a, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora